

Fls.: 2

Proc.: CRO-SE 11/23


Rúbrica

COMUNICAÇÃO INTERNA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD (ART. 72, INCISO - I, DA LEI 14.133/2021)			
DA:	FISCALIZAÇÃO	PARA:	PRESIDÊNCIA DO CRO/SE
ASSUNTO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE MÓVEL À INTERNET ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE "CHIP" PARA ACESSO À INTERNET MÓVEL 4G OU SUPERIOR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO CHIP, NA QUANTIDADE DE 3 (TRÊS) UNIDADES, VINCULADOS APENAS A SERVIÇOS DE DADOS MÓVEIS, NÃO ABRANGENDO OUTROS SERVIÇOS E/OU DESPESAS, DESTA FORMA, OS ACESSOS MÓVEIS NÃO PODERÃO GERAR ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE PARA SERVIÇOS COMO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE TEXTO OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM PACOTES DE DADOS E FRANQUIA MÍNIMA DE 40GB OU SUPERIOR, COM TRÁFEGO ILIMITADO, QUE POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)		

SENHORA PRESIDENTE DO CRO/SE,

Em cumprimento ao ART. 72 da Lei 14.133/2021, passamos a formalizar o seguinte PEDIDO DE CONTRATAÇÃO:

1) ART. 72, INCISO - I, DA LEI 14.133/2021: TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando que o SETOR DE FISCALIZAÇÃO deste Conselho é dotado de 3 (três) aparelhos, tipo TABLET;

Considerando que o aludido Setor realiza suas atividades junto aos Municípios do Estado de Sergipe, logo, os equipamentos (TABLET'S) são rotineiramente utilizados para fotografar as Unidades de Saúde, Consultórios Odontológicos, anotar apontamentos que irão compor o LAUDO emitido pelo referido Setor;

Considerando que além das necessidades acima, e para maior segurança dos dados, os equipamentos (TABLET'S) possuem a capacidade de inserção de chip de dados, ou seja, temos a efetiva possibilidade de acesso a rede mundial de computadores (internet), fato que irá agilizar os serviços que estamos executando, principalmente nas cidades do Interior do nosso Estado;

Considerando que nesse instante, precisamos contratar uma empresa para realizar os serviços listados no TERMO DE REFERÊNCIA, o qual está apensado neste **DFD**;

Considerando que o TERMO DE REFERÊNCIA é composto de:

A) **TERMO DE REFERÊNCIA:** Detalhando os serviços que necessitamos;

- B) **ANEXO – I DO TERMO DE REFERÊNCIA:** Modelo de Proposta de Preços;
 C) **ANEXO – II DO TERMO DE REFERÊNCIA:** Modelo de Declaração que não emprega menor;
 D) **ANEXO – III DO TERMO DE REFERÊNCIA:** Minuta de Contrato.

2) ART. 72, INCISO – II, DA LEI 14.133/2021: ESTIMATIVA DA DESPESA NA FORMA DO ART. 23 DA MESMA LEI

Considerando que a PESQUISA DE PREÇOS obedeceu a exigência prevista no **Art. 23, IV**, da Lei 14.133/2021, ou seja, buscamos valores junto a empresas do ramo;

Considerando que a PESQUISA DE PREÇOS realizada, está detalhada logo abaixo:

ITEM	OBJETO	FONTE DE PESQUISA DE PREÇOS			APRES.	QUANT	MENOR VALOR (VALOR MÁXIMO DA DESPESA) R\$
		VIVO	CLARO	TIM			
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE MÓVEL À INTERNET ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE "CHIP" PARA ACESSO À INTERNET MÓVEL 4G OU SUPERIOR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO CHIP, NA QUANTIDADE DE 3 (TRÊS) UNIDADES, VINCULADOS APENAS A SERVIÇOS DE DADOS MÓVEIS, NÃO ABRANGENDO OUTROS SERVIÇOS E/OU DESPESAS, DESTA FORMA, OS ACESSOS MÓVEIS NÃO PODERÃO GERAR ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE PARA SERVIÇOS COMO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE TEXTO OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM PACOTES DE DADOS E FRANQUIA MÍNIMA DE 40GB OU SUPERIOR, COM TRÁFEGO ILIMITADO, QUE POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)	69,90	89,90	69,99	MÊS	12	69,90 X 12 MESES = R\$ 838,80 + R\$ 15,00 DO CHIP = R\$ 853,80 X 3 APARELHOS (ACESSOS A INTERNET) = TOTAL GERAL MÁXIMO DA DESPESA: R\$ 2.561,40

3) ART. 75, INCISO - II, DA LEI 14.133/2021: FORMA DA CONTRATAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO LIMITE ATRAVÉS DO RAMO DE ATIVIDADE



Considerando que o valor estimado da contratação está dentro do limite previsto no **ART. 75, INCISO – II, da LEI Nº 14.133/2021;**

Considerando que o **ART. 75, §1º, INCISOS I e II, da Lei 14.133/2021**, assim disciplinou:

§ 1º **Para fins de aferição dos valores** que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações **no mesmo ramo de atividade. (grifo nosso)**

Considerando que a conceituação do RAMO DE ATIVIDADE ficou definida através do **ARTIGO 4º, §2º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 67, DE 08.07.2021**. Vejamos:

§ 2º Considera-se **ramo de atividade** a partição econômica do mercado, **identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**.

4) ART. 72, INCISO - IV, DA LEI 14.133/2021: EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA ATENDIMENTO DA DESPESA

Após consulta ao SETOR CONTÁBIL deste CRO/SE, foi constatado que há RECURSOS ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO para atendimento da despesa, conforme documento acostado.

Considerando que o valor estimado da contratação está dentro do limite previsto no **ART. 75, INCISO – II, da LEI Nº 14.133/2021;**

5) EXTRATO DA COMPOSIÇÃO DESTA DFD:

A presente **DFD** é composta de:

A) TERMO DE REFERÊNCIA, com os seguintes anexos:

ANEXO – I DO TERMO DE REFERÊNCIA: Modelo de Proposta de Preços;



SE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DE SERGIPE



ANEXO – II DO TERMO DE REFERÊNCIA: Modelo de Declaração que não emprega menor;

ANEXO – III DO TERMO DE REFERÊNCIA: Minuta de Contrato

- B) PESQUISA DE PREÇOS;
- C) VERIFICAÇÃO DO LIMITE DA DESPESA ATRAVÉS DO RAMO DE ATIVIDADE;
- D) VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA RE RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA CUMPRIMENTO DO FUTURO COMPROMISSO (DESPESA);

6) CONCLUSÃO:

Assim, solicito que:

- A) A CONTRATAÇÃO seja firmada através de processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA**, com fulcro no **ARTIGO 75, INCISO – II, da LEI Nº 14.133/2021**;
- B) Que os autos sejam encaminhados a PROJUR deste Conselho, para fins de análise e emissão de PARECER JURÍDICO, conforme previsto no Art. 72, Inciso – III, da Lei nº 14.133/2021;
- C) Que sendo AUTORIZADA A DESPESA pela autoridade competente deste CRO/SE, que seja publicado no portal – www.licitanet.com.br, tudo isso para fazer cumprir o teor do **ART. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**;

ARACAJU/SE, 09.03.2023.

Jose Genaldo Ferreira Souza Junior
JOSÉ GENALDO FERREIRA SOUZA JUNIOR
ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO/CRO-SE

Fls.: 7

Proc.: CRO-SE 11 103


Rúbrica

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETO:

- 1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE MÓVEL À INTERNET ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE "CHIP" PARA ACESSO À INTERNET MÓVEL 4G OU SUPERIOR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO CHIP, NA QUANTIDADE DE 3 (TRÊS) UNIDADES, VINCULADOS APENAS A SERVIÇOS DE DADOS MÓVEIS, NÃO ABRANGENDO OUTROS SERVIÇOS E/OU DESPESAS, DESTA FORMA, OS ACESSOS MÓVEIS NÃO PODERÃO GERAR ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE PARA SERVIÇOS COMO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE TEXTO OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM PACOTES DE DADOS E FRANQUIA MÍNIMA DE 40GB OU SUPERIOR, COM TRÁFEGO ILIMITADO, QUE POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). SEGUE DETALHAMENTO:

LOTE - 1 (LOTE ÚNICO)						
A	B	C	D	E	F	G
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	PREÇO MÁXIMO UNIT. MENSAL R\$	PREÇO MÁXIMO UNIT. TOTAL PARA 12 MESES R\$ F = E X 12 MESES	PREÇO MÁXIMO TOTAL DA DESPESA PARA 12 MESES R\$ G = D X F
1	PACOTE DE DADOS, DE NO MÍNIMO, 40 GB OU SUPERIOR PARA ACESSO À INTERNET 4G OU SUPERIOR	SERV	3	69,90	838,80	2.516,40
2	CHIP DE DADOS DE 40 GB OU SUPERIOR	UND	3	-	15,00	45,00
TOTAL GERAL DO LOTE - 1 (LOTE ÚNICO) - R\$						2.561,40

- 1.2) DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 1.2.1) OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR DEVERÃO SER PRESTADOS SEM ÔNUS PARA O CRO/SE:

- A) HABILITAÇÃO;

- B) BLOQUEIO POR EXTRAÍO OU ROUBO E CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS;

- C) REATIVAÇÃO DE SERVIÇOS;

- D) SERVIÇO DE ROAMING NACIONAL;

- 1.2.2) A CONEXÃO DE DADOS À INTERNET DEVE FUNCIONAR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM NENHUM TIPO DE BLOQUEIO OU TARIFAÇÃO ADICIONAL PELO ACESSO FUNCIONAR FORA DE SUA ÁREA DE REGISTRO, TARIFAÇÃO OU MOBILIDADE, DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL;

- 1.2.3) PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), A CONTRATADA DEVERÁ PERMITIR A HABILITAÇÃO INDIVIDUAL DOS ACESSOS MÓVEIS DOS CHIPS COMPATÍVEIS COM SUA REDE DE TELEFONIA MÓVEL, NA QUANTIDADE SOLICITADA PELO CONTRATANTE;

- 1.2.4) OS CHIPS DEVERÃO SER ATIVADOS DE FORMA IMEDIATA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, COM TOLERÂNCIA DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS PARA A COMPLETA ATIVAÇÃO DOS MESMOS, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELA CONTRATADA E ACEITO PELO CONTRATANTE;

- 1.2.5) A ÁREA DE COBERTURA, EM TERRITÓRIO NACIONAL, DEVERÁ ATENDER NO MÍNIMO OS SEGUINTE REQUISITOS:

- A) A EMPRESA DEVERÁ TER COBERTURA (DADOS) AMPLA NO ESTADO DE SERGIPE E EM TODAS AS CAPITAIS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NO DISTRITO FEDERAL, CUJOS SERVIÇOS DEVERÃO SER HABILITADOS SEM ÔNUS PARA A CONTRATANTE;

- 1.2.6) AO CRO/SE FICARÁ FACULTADO HABILITAR OU DESABILITAR ASSINATURAS DOS SERVIÇOS CONFORME NECESSIDADE;

- 1.2.7) NÃO POSSUIR LIMITES NEM RESTRIÇÃO À QUANTIDADE DE DADOS TRAFEGADOS, TAIS COMO "TRAFFIC SHAPING".

2. JUSTIFICATIVA:



O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO CRO/SE POSSUI 3 (TRÊS) TABLET'S.

ESSE SETOR REALIZA SUAS ATIVIDADES JUNTO A TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SERGIPE, LOGO, OS EQUIPAMENTOS (TABLET'S) NECESSITAM DE ACESSO A INTERNET PARA QUE OS FISCAIS POSSAM EXECUTAR SUAS ATIVIDADES, ENTRE ELAS, TRANSMISSÃO DE DADOS.

3. JULGAMENTO:

O JULGAMENTO SERÁ **MENOR PREÇO POR LOTE (OBS.: HÁ SOMENTE UM LOTE. VER MODELO DE PROPOSTA NO ANEXO - I).**

4. DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS PELA EMPRESA DE MENOR LANCE (VENCEDORA):

A) QUANDO SOLICITADO PELO CRO/SE, A EMPRESA DE MENOR LANCE DEVERÁ INSERIR OS DOCUMENTOS RELACIONADOS ABAIXO NA **PRÓPRIA PLATAFORMA ELETRÔNICA DO LICITANET - www.licitanet.com.br**. SÃO ELES:

Nº DE ORDEM	DOCUMENTO QUE DEVERÁ SER APRESENTADO PELA EMPRESA QUE OFERTAR O MENOR PREÇO/LANCE	APRESENTOU?		OBSERVAÇÃO
		SIM	NÃO	
I.	- PROPOSTA DE PREÇO (VER MODELO CONSTANTE NO ANEXO - I DO TERMO DE REFERÊNCIA);			
II.	- CONTRATO SOCIAL E/OU ÚLTIMA ALTERAÇÃO			
III.	- CARTÃO DE CNPJ			
IV.	- CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA FEDERAL;			
V.	- CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA ESTADUAL;			
VI.	- CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA MUNICIPAL;			
VII.	- CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS;			
VIII.	- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;			
IX.	- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA;			
X.	- DECLARAÇÃO DE MENORES (VER MODELO CONSTANTE NO ANEXO - II DO TERMO DE REFERÊNCIA);			



B) A EMPRESA DE MENOR PREÇO/LANCE DEVERÁ ANEXAR OS DOCUMENTOS RELACIONADOS ACIMA NA **PRÓPRIA PLATAFORMA ELETRÔNICA DO LICITANET - www.licitanet.com.br**, DENTRO DO PRAZO DE 3 (TRÊS) HORAS;

C) ESSE PRAZO DE 3 (TRÊS) HORAS INICIARÁ A PARTIR DO MOMENTO QUE O(A) PRESIDENTE DA CPL/CRO-SE REGISTRAR O **AVISO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS** NA ALUDIDA PLATAFORMA;

D) A EMPRESA DE MENOR PREÇO/LANCE DEVERÁ ANEXAR OS DOCUMENTOS RELACIONADOS ACIMA NA **PRÓPRIA PLATAFORMA ELETRÔNICA DO LICITANET - www.licitanet.com.br**, DENTRO DO PRAZO DE 3 (TRÊS) HORAS;

E) ESSE PRAZO DE 3 (TRÊS) HORAS INICIARÁ A PARTIR DO MOMENTO QUE O(A) PRESIDENTE DA CPL/CRO-SE REGISTRAR O **AVISO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS** NA ALUDIDA PLATAFORMA;

F) CASO O **AVISO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS** SEJA INSERIDO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DO LICITANET - www.licitanet.com.br APÓS ÀS 17 HORAS, ESSE PRAZO SÓ SERÁ CONTABILIZADO A PARTIR DAS 08 HORAS DO DIA ÚTIL SEGUINTE, LEMBRANDO QUE DIA ÚTIL PARA O CRO/SE SÃO AQUELES DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, EXCETO FERIADO;

G) A AUSÊNCIA DE DOCUMENTO(S) E/OU QUALQUER DESCUMPRIMENTO ACARRETERÁ NA IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA DE MENOR PREÇO NO RESPECTIVO ITEM, E CONVOCAÇÃO DA EMPRESA REMANESCENTE;

H) CABERÁ A EMPRESA DE MENOR PREÇO ENVIAR OS DOCUMENTOS RELACIONADOS NO **ITEM - 4.A** DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA **EM FORMATO PDF**.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

A) O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO É DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO MESMO, NO ENTANTO, PODERÁ SER PRORROGADO OU MODIFICADO ATRAVÉS DE TERMO ADITIVO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 106 E 107, DA LEI Nº 14.133/21, SE HOVER INTERESSE DE AMBAS AS PARTES E SE A AUTORIDADE COMPETENTE ATESTAR QUE AS CONDIÇÕES E OS PREÇOS PERMANECEM VANTAJOSOS PARA A ADMINISTRAÇÃO;

Proc.: CRO-SE 11 / 23
 Fis.: 9
 Rubrica

Proc.: CRO-SE 11 / 23
 Fis.: 9
 Rubrica

7



6. CONTRATO:

- A) A EMPRESA VENCEDORA FIRMARÁ CONTRATO COM O CRO/SE;
- B) A MINUTA DE CONTRATO ESTÁ DISPONIBILIZADA NO **ANEXO - III** DESTE TERMO.

7. LOCAL DE ENTREGA E HABILITAÇÃO DOS CHIPS:

- A) A ENTREGA DOS CHIPS DE DADOS E SUAS HABILITAÇÕES DEVERÃO OCORRER NA CIDADE DE ARACAJU/SE.

8. BASE LEGAL:

ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021

ARACAJU/SE, 09.03.2023.

José Genaldo Ferreira Souza Júnior
JOSE GENALDO FERREIRA SOUZA JÚNIOR
ASSISTENTE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO/CRO-SE

Fig.: 10
Proc.: CRO-SE 11 / 23
Rubrica



**ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA
(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)**

AO
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE
CRO/SE

- PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX/2023, NA FORMA DE DISPENSA ELETRÔNICA.

RAZÃO SOCIAL	
CNPJ:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	
FAX:	
CELULAR:	
E-MAIL:	
NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL:	
CPF:	
CARTEIRA DE IDENTIDADE:	
DADOS BANCÁRIOS PARA FUTUROS DEPÓSITOS (BANCO, AGÊNCIA, CONTA-CORRENTE)	

Fig.: 10
Proc.: CRO-SE 11 / 23
Rubrica



PREZADO(A) SENHOR(A),

APRESENTAMOS PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE AO PROCESSO IDENTIFICADO NO INÍCIO DESTA PROPOSTA.

SEGUE DETALHAMENTO ABAIXO:

LOTE - 1 (LOTE ÚNICO)						
A	B	C	D	E	F	G
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	PREÇO UNIT. MENSAL R\$	PREÇO UNIT. TOTAL PARA 12 MESES R\$ F = E X 12 MESES	PREÇO TOTAL DA DESPESA PARA 12 MESES R\$ G = D X F
1	PACOTE DE DADOS, DE NO MÍNIMO, 40 GB OU SUPERIOR PARA ACESSO À INTERNET 4G OU SUPERIOR	SERV	3	???	???	???
2	CHIP DE DADOS DE 40 GB OU SUPERIOR	UND	3	-	???	???
TOTAL GERAL DO LOTE - 1 (LOTE ÚNICO) - R\$????

VALIDADE DA PROPOSTA: XX DIAS (NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 60 DIAS);

PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;

OBSERVAÇÕES:

NOS PREÇOS OFERTADOS ESTÁ INCLUSO: FRETE, IMPOSTOS, TRIBUTOS, TAXAS, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TRANSPORTE, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DECORRENTES DO OBJETO DO PROCESSO IDENTIFICADO NO INÍCIO DESTA PROPOSTA.

ACATAMOS TODAS AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

CIDADE/UF, XX DE XXXXXXXXXXXX DE 2023.

ASSINATURA POR EXTENSO DO(A)
SÓCIO(A) OU REPRESENTANTE LEGAL

OBSERVAÇÕES:

- 1) A EMPRESA DEVERÁ ATENTAR PARA O PREÇO MÁXIMO CONSTANTE NO **ITEM - 1** DO TERMO DE REFERÊNCIA;
- 2) A EMPRESA DE MENOR PREÇO/LANCE, DEVERÁ APRESENTAR TODOS OS DOCUMENTOS LISTADOS NO **ITEM - 4.A** DO TERMO DE REFERÊNCIA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Fig.: 11
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA

Fig.: 11
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA



ANEXO – II DO TERMO DE REFERÊNCIA

(Modelo de Declaração que não emprega menor)

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão emissor e unidade da federação) _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, c/c com o art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

não emprega menor de dezesseis anos.

não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

(Representante legal da empresa)

ANEXO – III DO TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2023



1) QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE	
RAZÃO SOCIAL:	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE
ENDEREÇO:	RUA VILA CRISTINA, 589, BAIRRO SÃO JOSÉ, ARACAJU/SE, CEP 49015-000, TELEFONE 79-3214-3404
CNPJ:	13.083.431/0001-00
REPRESENTANTE LEGAL:	ANNA TEREZA AZEVEDO DE ANDRADE LIMA - PRESIDENTE DO CRO/SE.

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:	

Resolvem celebrar o presente CONTRATO, realizado mediante procedimento administrativo – **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2023, NA FORMA DE DISPENSA ELETRÔNICA**, observadas as especificações constantes nesse edital, regido pela Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE MÓVEL À INTERNET ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE "CHIP" PARA ACESSO À INTERNET MÓVEL 4G OU SUPERIOR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO CHIP, NA QUANTIDADE DE 3 (TRÊS) UNIDADES, VINCULADOS APENAS A SERVIÇOS DE DADOS MÓVEIS, NÃO ABRANGENDO OUTROS SERVIÇOS E/OU DESPESAS, DESTA FORMA, OS ACESSOS MÓVEIS NÃO PODERÃO GERAR ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE PARA SERVIÇOS COMO LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE TEXTO OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM PACOTES DE DADOS E FRANQUIA MÍNIMA DE 40GB OU SUPERIOR, COM TRÁFEGO ILIMITADO, QUE POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). SEGUE DETALHAMENTO:

Fls.: 12
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA

Fls.: 12
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA



LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)						
A	B	C	D	E	F	G
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	PREÇO UNIT. MENSAL R\$	PREÇO UNIT. TOTAL PARA 12 MESES R\$ F = E X 12 MESES	PREÇO TOTAL DA DESPESA PARA 12 MESES R\$ G = D X F
1	PACOTE DE DADOS, DE NO MÍNIMO, 40 GB OU SUPERIOR PARA ACESSO À INTERNET 4G OU SUPERIOR	SERV	3	???	???	???
2	CHIP DE DADOS DE 40 GB OU SUPERIOR	UND	3	-	???	???
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE ÚNICO) – R\$????

1.2) DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.2.1) OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR DEVERÃO SER PRESTADOS SEM ÔNUS PARA O CRO/SE:

- A) HABILITAÇÃO;
- B) BLOQUEIO POR EXTRAVIO OU ROUBO E CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS;
- C) REATIVAÇÃO DE SERVIÇOS;
- D) SERVIÇO DE ROAMING NACIONAL;

1.2.2) A CONEXÃO DE DADOS À INTERNET DEVE FUNCIONAR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM NENHUM TIPO DE BLOQUEIO OU TARIFAÇÃO ADICIONAL PELO ACESSO FUNCIONAR FORA DE SUA ÁREA DE REGISTRO, TARIFAÇÃO OU MOBILIDADE, DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL;

1.2.3) PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), A CONTRATADA DEVERÁ PERMITIR A HABILITAÇÃO INDIVIDUAL DOS ACESSOS MÓVEIS DOS CHIPS COMPATÍVEIS COM SUA REDE DE TELEFONIA MÓVEL, NA QUANTIDADE SOLICITADA PELO CONTRATANTE;

1.2.4) OS CHIPS DEVERÃO SER ATIVADOS DE FORMA IMEDIATA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, COM TOLERÂNCIA DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS PARA A COMPLETA ATIVAÇÃO DOS MESMOS, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELA CONTRATADA E ACEITO PELO CONTRATANTE;

1.2.5) A ÁREA DE COBERTURA, EM TERRITÓRIO NACIONAL, DEVERÁ ATENDER NO MÍNIMO OS SEGUINTE REQUISITOS:

- A) A EMPRESA DEVERÁ TER COBERTURA (DADOS) AMPLA NO ESTADO DE SERGIPE E EM TODAS AS CAPITAIS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NO DISTRITO FEDERAL, CUJOS SERVIÇOS DEVERÃO SER HABILITADOS SEM ÔNUS PARA A CONTRATANTE;

1.2.6) AO CRO/SE FICARÁ FACULTADO HABILITAR OU DESABILITAR ASSINATURAS DOS SERVIÇOS CONFORME NECESSIDADE;

1.2.7) NÃO POSSUIR LIMITES NEM RESTRIÇÃO À QUANTIDADE DE DADOS TRAFEGADOS, TAIS COMO “TRAFFIC SHAPING”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total mensal desse contrato corresponde a quantia de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme detalhamento exposto na CLÁUSULA PRIMEIRA deste CONTRATO.

2.2. Somente haverá pagamento do SERVIÇO que realmente for solicitado pela CONTRATANTE e prestado o serviço por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do mesmo, no entanto, poderá ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21, se houver interesse de ambas as partes e se a autoridade competente atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Rubrica
 Proc.: CRO-SE 11/23
 Fís.: 13

[Handwritten signature]

Rubrica
 Proc.: CRO-SE 11/23
 Fís.: 13



4.1. Os serviços objeto desse contrato deverá ser executados conforme:

- TERMO DE REFERÊNCIA;
- PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA;
- TERMOS CONSTANTES NO PROCESSO DE **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XX/2023, NA FORMA DE DISPENSA ELETRÔNICA;**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar, mediante entrega no CRO/SE, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

- 5.1.1. Ofício solicitando o pagamento.
- 5.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros.
- 5.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF.
- 5.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede do Fornecedor.
- 5.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

5.2. O pagamento será realizado pelo CRO/SE mediante ordem bancária, creditada em conta corrente do Fornecedor.

5.2.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da certificação de que os SERVIÇOS foram aceitos, mediante a protocolização da nota fiscal/fatura contendo a descrição dos SERVIÇOS, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver dos encargos sociais e documentos indicado no subitem 5.1 deste CONTRATO.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

Página 13 de 22



5.3.1. A falta da atestação pelo CRO/SE, com relação ao cumprimento do objeto deste CONTRATO, das notas fiscais emitidas pelo Fornecedor.

5.3.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 5.1.2 a 5.1.5 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CRO/SE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

5.4. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que o licitante vencedor apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, ficando assegurado ao Fornecedor, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos SERVIÇOS efetivamente entregues e atestados.

5.5. O CRO/SE pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo Fornecedor;

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438 \ 365$

TX= Percentual da taxa anual = 6%.

5.7. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE e da CONTRATADA

6.1) DO CONTRATANTE (CRO-SE):

Página 14 de 22

Proc.: CRO-SE 11/23
Fis.: 14
RUBRICA

Proc.: CRO-SE 11/23
Fis.: 14
RUBRICA



- I. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à execução do contrato.
- II. Comunicar previamente à **CONTRATADA**, qualquer modificação ou criação de novas normas e procedimentos a serem observados na execução do serviço objeto desse Contrato.
- III. Informar à **CONTRATADA**, de forma expressa, com antecedência mínima de 24 horas, o cumprimento de ordens ou determinações, salvo as de caráter emergencial ou por casos fortuitos.
- IV. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto contratado, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pela **CONTRATADA** ou por seus empregados em serviço e que estejam relacionados com a execução deste;
- V. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta licitação, bem como, aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- VI. Comunicar à **CONTRATADA**, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;

6.2) DA CONTRATADA

- I. Tomar todas as providências necessárias para a legalização de suas atividades visando a atuação na **CONTRATANTE**.
- II. Deverá haver disponibilidade de empregados da **CONTRATADA** para o atendimento a serviços eventuais que possam ocorrer.
- III. Manter atualizado o registro de seus empregados, em livro próprio ou em fichas, na forma da lei trabalhista, exibindo-os sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, bem como atualizar as anotações na Carteira de Trabalho de cada empregado;
- IV. Responsabilizar-se pelo recolhimento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes de execução do serviço, objeto dessa dispensa de licitação, isentando o **CONTRATANTE**, inclusive judicialmente, de qualquer responsabilidade quanto a estes;

Página 15 de 22



- V. Empregar na execução do contrato mão-de-obra especializada, com treinamento e experiência profissional, substituindo prontamente qualquer pessoa cuja permanência na execução dos serviços seja considerada indesejável pelo **CONTRATANTE**, sem ônus para este;
- VI. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes ou incidentes que venham a ocorrer durante a execução do contrato, assim como por danos causados por pessoal sob sua responsabilidade ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, isentando o **CONTRATANTE** de quaisquer reclamações ou indenizações que possam surgir em consequência destes;
- VII. Empregar na execução do contrato mão-de-obra especializada, com treinamento e experiência profissional, substituindo prontamente qualquer pessoa cuja permanência na execução dos serviços seja considerada indesejável pelo **CONTRATANTE**, sem ônus para este;
- VIII. Fornecer crachás de identificação para sua equipe, bem como uniformes, calçados e equipamentos de proteção individual (EPI) em condições adequadas de utilização, assim como fornecer e manter em perfeito funcionamento os materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários à execução do contrato. As condições adequadas de utilização e o perfeito estado de funcionamento são estabelecidos pelo **CONTRATANTE**. Os itens acima indicados são de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá manter controle sobre estes, eximindo o **CONTRATANTE** de qualquer extravio ocorrido ou dano causado;
- IX. Respeitar as normas e procedimentos administrativos adotados pelo **CONTRATANTE**, assim como as medidas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, na forma da legislação vigente e sua regulamentação, responsabilizando-se por quaisquer transgressões, de sua parte, e de seus empregados;
- X. Responsabilizar-se por quaisquer processos ou ações, judiciais ou administrativas, surgidas em decorrência da execução objeto desse Contrato, que sejam causados por ação, omissão, imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou prepostos.
- XI. Isentar, totalmente, o **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade quanto a danos ou prejuízos que lhes sejam causados, por seus empregados ou por terceiros.
- XII. Franquear e facilitar ao **CONTRATANTE** ou preposto devidamente credenciado, a fiscalização do serviço objeto desse Contrato fornecendo, quando solicitado, todos os dados relativos a este, que sejam julgados

Página 16 de 22

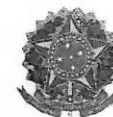
Fls.: 15
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA

Fls.: 15
Proc.: CRO-SE 11/23
RUBRICA



necessários ao bom entendimento e acompanhamento do serviço, sem que tal fiscalização implique em transferência de responsabilidade para o **CONTRATANTE** ou seu preposto.

- XIII. Responsabilizar-se pelos atos culposos e dolosos de seus empregados e prepostos, praticados no horário do serviço ou não, ressarcindo quaisquer prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, comprovados e comunicados por escrito, no prazo máximo de 72 horas após a ocorrência. A apuração e comprovação dessa responsabilidade serão feitas por sindicância executada por ambas as partes, com prazo de conclusão de 72 horas, prorrogável por igual período.
- XIV. Preservar e manter o **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação bem como ação de empresas contratadas ou de quaisquer pessoas vinculadas à **CONTRATADA**;
- XV. Obter, sempre que exigido pelos órgãos competentes da Administração Pública, as licenças necessárias à execução do contrato;
- XVI. A **CONTRATADA** se obriga a credenciar prepostos para representá-la, permanentemente, junto à **CONTRATANTE**, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do presente contrato.
- XVII. Manter as mesmas condições iniciais de habilitação. A perda de qualquer qualificação habilitatória acarretará na suspensão dos pagamentos.
- XVIII. Fornecer, sob sua responsabilidade, todos os componentes necessários à perfeita prestação de serviços;
- XIX. Fornecer, as suas expensas e sob sua responsabilidade, toda supervisão, treinamento, transporte, alimentação e equipamentos necessários à execução, pelos seus prepostos, dos serviços contratados;
- XX. Atender as normas disciplinares e demais regulamentos em vigor no CRO/SE e cumprir o horário determinado pelo **CONTRATANTE** para a realização dos serviços e as modificações, a critério desta;
- XXI. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CRO/SE ou a terceiros, por seus empregados;
- XXII. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à prestação de serviços ou dela decorrentes, a qualquer título, inclusive todos os encargos sociais,



fiscais e trabalhistas que incidem ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do contrato;

- XXIII. Observar, na execução do Contrato, a Legislação sobre segurança e higiene no trabalho, acatando recomendações específicas que, nesse sentido, venham a ser feitas pelo CRO/SE, sob pena de suspensão dos trabalhos, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas para o caso de atraso no cumprimento das obrigações contratuais;
- XXIV. Responsabilizar-se por demais atos praticados contrários às leis em vigor, às normas e regulamentos do CRO/SE e às disposições do contrato;
- XXV. Apresentar ao CRO/SE profissionais, devidamente habilitados e credenciados;
- XXVI. Cumprir as exigências apresentadas na PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela inexecução parcial ou total do contrato, o CRO/SE poderá garantir a defesa prévia, aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência.

7.2.2. Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.

7.2.3. Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho.

7.2.4. Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa do Fornecedor.

7.2.5. Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor do contrato, por descumprimento de outras obrigações previstas neste Edital e seus Anexos.

7.3. A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá descontada dos pagamentos devidos pelo CRO/SE, ou cobrada diretamente do Fornecedor, amigável ou judicialmente.

Proc.: CRO-SE M / 03
Rubrica
Fis.: 16

Proc.: CRO-SE M / 03
Rubrica
Fis.: 16



7.4. As sanções previstas nesta cláusula somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

7.5. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº. 14.133/2021, principalmente aqueles capitulados no TÍTULO - IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO - I, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, ARTIGO 155 e seguintes da mencionada Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa desse processo licitatório correrá por conta da seguinte classificação orçamentária:

VERBA
6.2.2.1.1.01.04.04.004.004 - Serviços de Internet e Telefonia em Geral

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. O contratado responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou prepostos, em razão da omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens do CRO/SE em decorrência do SERVIÇO, incluindo-se, também os danos materiais ou pessoais a terceiros a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

- 10.1) As tarifas e/ou preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contados da database prevista no Plano de Serviço a que está vinculada a proposta;
- 10.2) A alteração após o período previsto no item anterior dar-se-á mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em norma específica para o serviço, observada a legislação em vigor;
- 10.3) Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante prévia comunicação da CONTRATADA, as tarifas e/ou preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de um ano e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas

Página 19 de 22



após a ocorrência da anualidade, aplicando-se o Índice de Serviços de Telecomunicação – IST;

- 10.4) Nos contratos remunerados por tarifa, a aplicação do IST será seguida da incidência do fator redutor de tarifa, denominado “Fator X” (art. 108, § 2º da LGT c/c Resolução ANATEL nº 684/2017) e o reajuste deve ter sido objeto de homologação pela ANATEL (v. art. 19, VII da Lei nº 9.472/1997);
- 10.5) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 10.6) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 10.7) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 10.8) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 10.9) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de **TERMO ADITIVO**;
- 10.10) Na hipótese de redução de tarifas ou preços, a CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE as tarifas ou preços reduzidos;
- 10.11) Eventuais reajustes devem ser comunicados à CONTRATANTE, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e serão formalizados por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. O CRO/SE poderá realizar acréscimos e/ou supressões, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do ARTIGO 125 da LEI Nº 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

Página 20 de 22

Fis.: 17
Proc.: CRO-SE 11/23
Rubrica

Fis.: 17
Proc.: CRO-SE 11/23
Rubrica



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO (ART. 92, INCISO XIX, DA LEI Nº 14.133/21).

12.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, ambos da Lei nº. 14.133/21.

12.2. O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

12.3. No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

12.4. Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (ART. 92, INCISO XIV, DA LEI Nº 14.133/21).

13.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. A CONTRATANTE designa o(a) colaborador abaixo para atuar neste contrato como fiscal/gestor:

- NOME COMPLETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;

- CARGO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

14.2. O FISCAL deste CONTRATO executará as atividades listadas no Art. 117 e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Página 21 de 22



15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de ARACAJU/SE para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

ARACAJU/SE, XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2023.

PRESIDENTE DO CRO/SE
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
FISCAL DO CONTRATO IDENTIFICADO NA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DESTA CONTRATO

2) _____

Fis.: 18
Proc.: CRO-SE 11/23

Fis.: 18
Proc.: CRO-SE 11/23

Página 22 de 22